

**“FORMAR HOMENS QUE O BRASIL NECESSITA, EIS A TAREFA DA  
EDUCAÇÃO”: O PENSAMENTO PEDAGÓGICO EMPRESARIAL  
NA ERA VARGAS**

**José Rodrigues\***  
UFF

**RESUMO:**

Este artigo presente texto tem por objetivo a explicitação e a análise do pensamento pedagógico empresarial no período da aventura industrial, isto é, no contexto de transformação brasileira de uma economia primário-exportadora para uma economia cujo centro dinâmico é a produção industrial voltada para o mercado interno. Para tal, o texto está organizado em duas partes. A primeira parte, intitulada *A burguesia industrial e as instituições patronais de educação do trabalhador*, procura apresentar um panorama histórico sobre a constituição da Confederação Nacional da Indústria (CNI) e de duas de suas entidades pedagógicas, o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e o Serviço Social da Indústria (SESI). A segunda parte do texto, intitulada *O Pensamento Pedagógico Empresarial na Era Vargas*, explicita analiticamente as concepções da burguesia industrial empresarial, elaboradas entre 1938 e 1954, sobre a realidade brasileira e sua articulação com a educação, a partir dos pronunciamentos do então presidente-fundador da CNI Euvaldo Lodi.

**Palavras-chave:** pensamento pedagógico empresarial; trabalho e educação; Brasil: educação; Brasil: Era Vargas.

**“TO INSTRUCT MEN THAT BRAZIL’S NEEDS, THIS IS EDUCATION TASK”:  
THE BUSINESS PEDAGOGICAL THOUGHT WITHIN VARGAS  
GOVERNMENT**

**ABSTRACT:**

This article aims to show and to analyze the business pedagogical thought within the industrial adventure period, that is, within the context in which the Brazilian transformation from a primary-exporter economy to an economy that its dynamical center is the industrial production toward the internal market. The present paper is divided in two sections. The first one, named as *The industrial bourgeoisie and the entrepreneurial institutions to instruct the workers*, intends to show a historical view about the Industry National Confederation (CNI) and its two pedagogical institutes, The Industrial Apprenticeship National Service (SENAI) and the Industry Social Service (SESI). The second section, named as *The Business Pedagogical Thought within Vargas Government*, explains the business industrial bourgeoisie concepts regarding the Brazilian conditions and its education linkage, cultivated during the 1938-1954 period, through the speeches of Euvaldo Lodi, the CNI then founder-president.

**Key-words:** Brazilian business pedagogical thought; workers training; Vargas government; Brazilian Industry National Confederation

---

\* Professor da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense, membro do Núcleo de Estudos, Documentação e Dados sobre Trabalho e Educação. Doutor em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (1997), com pós-doutoramento em Ciência Política (Unicamp, 2007).

## INTRODUÇÃO

A Era Vargas, iniciada em 1930 e encerrada em 1954, é, sem dúvida, um período de grande importância para a construção do país em que vivemos hoje, dadas as grandes mudanças sociais oriundas fundamentalmente do processo que transformou um Brasil essencialmente agrícola em um Brasil industrializado.

Parte desse contexto, a educação nacional, entendida aqui como uma superestrutura, também vai sendo transformada sob as determinações fundamentais estabelecidas pelas mudanças na formação social brasileira. Com efeito, é precisamente a partir da Revolução de 1930, que a “educação começa a ser reconhecida, inclusive no plano institucional, como uma questão nacional”, posto que somente no contexto da Era Vargas, o Brasil passa a efetivamente “enfrentar os problemas próprios de uma sociedade burguesa moderna” (Saviani, 1997, p.6). Em outras palavras, as transformações no modo de produção acabam por transformar todo o edifício social, inclusive a educação.

Para Marx e Engels<sup>1</sup>, as idéias dominantes de uma época nada mais são do que as idéias das classes dominantes, isto é, a expressão das relações (sociais, econômicas, políticas) de sua dominação. Essa proposição absolutamente correta demanda, contudo, dois aprofundamentos.

Primeiramente, é preciso ter claro que a visão social do mundo burguesa não é imutável ou arbitrária. Pois, como as idéias dominantes emergem necessariamente das relações materiais de produção e reprodução da vida humana, então, como as relações materiais alteram-se, também se metamorfoseiam as idéias em geral e as idéias pedagógicas em particular.

Em segundo lugar, o arcabouço ideológico produzido pelas classes dominantes não é transmitido automaticamente ao conjunto da sociedade. Ao contrário, é preciso um longo e cuidadoso trabalho de educação, isto é, de convencimento das classes dominadas que, se passa pela escola, a ultrapassa em muito. Esse processo é denominado, por Antonio Gramsci (1991), de *hegemonia*. Nesse sentido, toda relação hegemônica é necessariamente uma relação pedagógica, o que demanda necessariamente aparelhos de hegemonia, isto é, instituições que organizem e difundam as idéias dominantes.

No Brasil, no contexto da Era Vargas, um organismo privado revela-se particularmente importante no processo de hegemonia da classe burguesa, em particular para a história das idéias pedagógicas: a Confederação Nacional da Indústria (CNI). Com efeito, na década de 1940 são fundados duas instituições dirigidas pela CNI que até hoje desempenham um papel relevante na educação da classe trabalhadora: o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), instituído em 1942, e o Serviço Social da Indústria (SESI), de 1946<sup>2</sup>.

O presente texto tem por objetivo a explicitação e a análise do pensamento pedagógico empresarial no período da aventura industrial, isto é, no contexto de transformação brasileira de uma economia primário-exportadora para uma economia cujo centro dinâmico é a produção industrial voltada para o mercado interno<sup>3</sup>.

Para tal, o texto está organizado em duas partes. A primeira parte, intitulada *A burguesia industrial e as instituições patronais de educação do trabalhador*, procura apresentar um panorama histórico sobre a constituição da Confederação Nacional da Indústria e de duas de suas entidades pedagógicas, o SENAI e o SESI. A segunda parte do texto, intitulada *O Pensamento Pedagógico Empresarial na Era Vargas*, explicita

<sup>1</sup> Cf. Marx (1982) e Marx; Engels (1987).

<sup>2</sup> Em 1969, a CNI cria o Instituto Euvaldo Lodi (IEL), com a finalidade de criar vínculos entre a indústria e as universidades públicas. Sobre o IEL, ver Rodrigues (1998, 2005a).

<sup>3</sup> Para uma visão mais ampla do pensamento pedagógico da CNI, ver Rodrigues (1998).

analiticamente as concepções da burguesia industrial empresarial, elaboradas entre 1938 e 1954, sobre a realidade brasileira e sua articulação com a educação, a partir dos pronunciamentos do então presidente-fundador da CNI Euvaldo Lodi<sup>4</sup>.

## 1. A BURGUESIA INDUSTRIAL E AS INSTITUIÇÕES PATRONAIS DE EDUCAÇÃO DO TRABALHADOR

### De golpe em golpe: o contexto histórico de constituição da CNI

O empresariado industrial, em diversos momentos da história brasileira, buscou construir sua entidade representativa, primeiramente instituindo, em meados da década de 1820, a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (SAIN). A essa, se seguiu o Centro Industrial do Brasil (CIB), fundado em 1904, que, por sua vez, foi transformado em Confederação Industrial do Brasil (também CIB), em 1933.

O CIB, embora instituído com aspirações de representatividade nacional, logrou, no máximo, representar os empresários sediados no Estado do Rio de Janeiro e no então Distrito Federal (hoje, município do Rio de Janeiro), refletindo de certa forma o caráter incipiente do parque industrial. Com efeito, até 1919, só existiam cerca de 17 entidades regionais que reuniam empresários. Mas, a partir desse momento, pressionados pelo movimento operário - organizado em 368 associações espalhadas pelo país, sendo 111 apenas no Distrito Federal - as entidades patronais se fortaleceram (Leme, 1978, pp. 10-11).

No final da década de 1920, a culminância de complexos acontecimentos nacionais e internacionais fez estourar uma crise no interior das classes dominantes brasileiras, crise essa que marcaria a queda da hegemonia oligárquica no Brasil e o ocaso da Velha República. De um lado, as tradicionais oligarquias, agrupadas em torno do Partido Republicano Paulista (PRP), com seu candidato à presidência da República Júlio Prestes, defendiam a manutenção do *status quo*. De outro lado, os setores agrupados na Aliança Liberal, tendo Getúlio Vargas como candidato, refletindo os interesses dos setores dominantes não associados à oligarquia cafeeira, defendiam a necessidade do Estado ampliar o apoio à produção nacional (Fausto, 1995, p.319)<sup>5</sup>.

Em plena campanha eleitoral (outubro de 1929), estourou a crise internacional de superprodução, dramaticamente representada pela quebra da Bolsa de Nova York.

Apesar das diferenças no interior das oligarquias cafeeiras tradicionais, Júlio Prestes venceu a eleição presidencial, ocorrida em 1º de março de 1930. Mas o assassinato, por motivos passionais, de João Pessoa, candidato à vice-presidência da República na chapa de Vargas, em julho de 1930, veio dar alento à conspiração, até então não consolidada.

Com efeito, em outubro de 1930, a vaga golpista partiu de Minas Gerais e Rio Grande do Sul para desaguar no Rio de Janeiro, em uma onda de três mil soldados, que acompanhou Vargas até o obelisco da Avenida Rio Branco. Assim, através de um golpe, Getúlio Vargas tomou posse na presidência, pondo fim à República Velha<sup>6</sup>.

<sup>4</sup> A figura de Euvaldo Lodi toma vulto pela magnitude e organicidade de suas contribuições ao pensamento pedagógico da Confederação. Cabe destacar ainda que, durante a gestão de Lodi, foram criados o SENAI e o SESI. Lodi teve seus pronunciamentos organizados em 1954 pela própria CNI na obra *Discursos e conferências* (Lodi, 1954). Além dessa obra, podem ser destacados a conferência *Economia e educação* (Lodi, 1952a), proferida na Faculdade Nacional de Filosofia (atual Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro), e o discurso de posse na presidência da CNI (1952b).

<sup>5</sup> Sobre a Revolução de 1930, ver também Fausto (1994).

<sup>6</sup> A partir deste momento, Vargas permaneceu no poder por 15 anos consecutivos, inicialmente como chefe

Em uma dimensão mais imediata, pode-se dizer que a Aliança Liberal liderada por Vargas era por demais heterogênea para ser identificada à burguesia industrial, mas, em uma dimensão mais geral, pode-se afirmar que a Aliança encarnava o moderno espírito industrialista. De fato, o Estado de tipo novo, que emerge com a Revolução de 30, se opõe ao antigo regime oligárquico em, pelo menos, três aspectos. Uma atuação econômica voltada à industrialização, uma atuação social que buscava incorporar os trabalhadores urbanos à aliança de classe sob a proteção trabalhista promovida pelo Estado. E, finalmente, o papel central atribuído às Forças Armadas como garantidora da ordem social.

Em poucas palavras, pode-se afirmar que a Revolução de 30 -, através das ações de um Estado estruturante - soprou o moderno espírito burguês-industrial no corpo social de um Brasil ainda predominantemente agrário.

Nesse sentido, a partir de 1930, o governo federal passou a forçar o processo de sindicalização operária, a partir da criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. De forma distinta, porém análoga, os sindicatos patronais também não escaparam aos efeitos da sindicalização compulsória, tutelada pelo Estado<sup>7</sup>.

Apesar do movimento constitucionalista de 1932, da realização da Assembléia Nacional Constituinte com conseqüente promulgação da Carta de 1934, e da eleição indireta de Vargas à presidência (cujo mandato se estenderia até maio de 1938), o Brasil não ingressou num regime democrático. O país foi sacudido, entre 1934 e 1937, por diversos acontecimentos políticos. Importantes movimentos grevistas e violentos choques entre integralistas e anti-fascistas acabaram por culminar numa Lei de Segurança Nacional (LSN), promulgada em abril de 1935.

Paralelamente à discussão da LSN, foi lançada, em março de 1935, a Aliança Nacional Libertadora (ANL), agrupando de Luís Carlos Prestes a Carlos Lacerda. A ANL com um programa de conteúdo nacionalista oscilou entre a conciliação de classes e a insurreição de 1935 - fragorosamente derrotada.

A aventura golpista da ANL consolidou a escalada de medidas autoritárias e repressivas, apoiadas pelo Congresso Nacional, culminando no golpe de 10 de novembro de 1937 que dissolveu o Congresso e promulgou uma nova Carta Constitucional, elaborada por Francisco Campos. Estava assim decretado o Estado Novo.

Grosso modo, pode-se dizer que o Estado Novo representou a vitória da corrente autoritária no seio do poder, ou seja, da aliança da burocracia civil e militar à burguesia industrial, com o objetivo proclamado de industrializar o país<sup>8</sup>. Portanto, a CNI, aliás, como toda a estrutura sindical brasileira atual, é marcada pela Era Vargas, na conjuntura da modernização conservadora.

Atendidas às demandas legais emanadas de um Estado ditatorial, em 12 de agosto de 1938, a Confederação Industrial do Brasil encerra suas atividades, dando lugar à

---

de um governo provisório, em seguida como presidente eleito indiretamente e ditador no Estado Novo. Derrubado em 1945, Vargas retornaria pelo voto direto à presidência da república, em 1950. A era Vargas termina em agosto de 1954, com o suicídio do presidente, no Palácio do Catete.

<sup>7</sup> Esse enquadramento se deu através de diversos atos legislativos, dentre os quais se destacam o Decreto nº 19.770, de 19 de março de 1931, e, mais tarde, o Decreto nº 24.694, de 12 de julho de 1934. O primeiro decreto definia os sindicatos (de trabalhadores e patronais) como órgãos consultivos, de colaboração com o poder público. Estabelecia também a unicidade sindical e a obrigatoriedade de reconhecimento do órgão de classe por parte do Ministério do Trabalho. O segundo decreto diferencia-se do primeiro basicamente pela substituição do princípio da unicidade pelo da pluralidade sindical. No entanto, esse expediente, só extinto em 1939, na prática não vigorou (Fausto, 1995, pp. 335-6).

<sup>8</sup> A corrente autoritária encarnou a perspectiva conhecida como modernização conservadora que entendia que, num país de economia agrário-exportadora e ainda dominado por oligarquias, caberia ao Estado o papel de organizar a nação promovendo a ordem e o desenvolvimento econômico-social (Fausto, 1995, p.357)

Confederação Nacional da Indústria (CNI)<sup>9</sup>. A CNI passa, assim, a integrar o sistema corporativo estabelecido pela Constituição do Estado Novo, sendo reconhecida formal e definitivamente pelo Governo Federal apenas em 30 de abril de 1943, através do Decreto nº 12.321<sup>10</sup>.

De acordo com um dos porta-vozes da CNI (Hermes & Nunes, 1994, p.25-6), os industriais brasileiros não desejavam constituir uma entidade representativa sob os moldes estabelecidos pela ditadura de Vargas, pois, entre as limitações impostas pela legislação, encontrava-se a interdição à interferência das entidades em assuntos não ligados aos “assuntos profissionais”. Essa discordância é a razão da criação, e permanência, até hoje, dos centros industriais regionais, com funcionamento paralelo às federações<sup>11</sup>.

Embora Hermes & Nunes (1994) tenham assinalado a discordância dos industriais frente à sindicalização forçada da CIB, não se pode afirmar que havia um divórcio entre o Estado Novo e a burguesia industrial. Com efeito, o último relatório de diretoria do CIB, apresentado em maio de 1938, não indica uma discordância com o processo de sindicalização. Aliás, o relatório atribui a demora do processo de sindicalização a entraves legais (Cf. CIB, 1938).

Em síntese, pode-se afirmar que, de uma maneira geral, a organização sindical classista era almejada pela burguesia industrial, e, de maneira mais específica, pode-se também afirmar que a organização buscada pela burguesia industrial não era uma sindicalização tutelada por um Estado totalitário. Na verdade, existia de fato uma contradição que se espelhava na forma, mas não no conteúdo, do processo de sindicalização, já que, em última instância, a Era Vargas buscou, de fato, instaurar uma economia capitalista industrial no Brasil.

### **O Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial**

Um importante passo na modernização das relações capitalistas - ou seja, da (con)formação profissional da força de trabalho industrial - foi dado com a fundação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI).

Do ponto de vista educacional o decreto-lei de criação do SENAI se articula com uma vasta legislação promulgada entre 1942 (Estado Novo) e 1946 (já após a saída de Vargas), de iniciativa do então ministro da Educação Gustavo Capanema, conhecida como Leis Orgânicas do Ensino<sup>12</sup>.

Segundo Luís Antônio Cunha (1982, p.439), as medidas adotadas durante a Era Vargas voltadas para a formação da força de trabalho industrial representam não só as maiores novidades, como também as mais duradouras e profícuas ações de política educacional. Com efeito, enquanto toda a estrutura educacional da época foi

---

<sup>9</sup> A CNI nasce composta por quatro federações - a Federação dos Sindicatos Industriais do Distrito Federal (hoje município do Rio de Janeiro), a Federação das Indústrias Paulistas, a Federação das Indústrias de Minas Gerais e a Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul. Euvaldo Lodi e Roberto Simonsen são eleitos, no próprio ato de fundação, presidente e vice-presidente, respectivamente.

<sup>10</sup> Carone (1978), em estudo realizado para o Centro Industrial do Rio de Janeiro (CIRJ), não atribui à CNI a condição de entidade herdeira na linha sucessória das extintas SAIN e CIB. Para o referido autor constitui-se o CIRJ (e a FIRJAN) o real sucessor no processo de organização dos industriais iniciado com a SAIN, em 1827.

<sup>11</sup> Geralmente, as direções dos Centros têm a mesma composição das Federações.

<sup>12</sup> Decreto-lei 4.073/42 (Lei Orgânica do Ensino Industrial); Decreto-lei 4.244/42 (Lei Orgânica do Ensino Secundário); Decreto-lei 6.141/43 (Lei Orgânica do Ensino Comercial); Decreto-lei 8.529/46 (Lei Orgânica do Ensino Primário); Decreto-lei 8.530/46 (Lei Orgânica do Ensino Normal); Decreto-lei 8.621 e 8.622/46 (criação do SENAC); e Decreto-lei 6.613/46 (Lei Orgânica do Ensino Agrícola).

posteriormente dissolvida<sup>13</sup>, o sistema de formação da força de trabalho (SENAI e congêneres) permanece vigoroso até hoje.

Em 1938, foi enviado à recém criada CNI, e a outras entidades patronais, o primeiro anteprojeto relativo à aprendizagem industrial de adolescentes trabalhadores elaborado pelo Ministério de Educação. O anteprojeto previa a criação de escolas destinadas aos filhos de operários industriais sindicalizados. Estas seriam mantidas com recursos do imposto sindical e administradas em conjunto pelos sindicatos de trabalhadores e pelos Ministérios da Educação e do Trabalho.

A iniciativa governamental de criação de escolas de aprendizagem e pré-aprendizagem industrial se articula com o contexto econômico do acirramento do “estrangulamento externo”<sup>14</sup>. Em outras palavras, a grave crise econômica de 1937 fortaleceu os setores do Estado (*stricto sensu*) que defendiam a industrialização como caminho de desenvolvimento econômico.

No entanto, segundo Cunha (1982, p. 451), a CNI teria sido contrária à criação das escolas de aprendizagem industrial, adotando a resistência passiva ao anteprojeto. Diante da postura adotada pela Confederação, o Governo Federal promulgou, em maio de 1939, o decreto-lei nº 1.238, o qual obrigava as empresas a manterem cursos de aperfeiçoamento profissional para adultos e adolescentes.

Mas também esse esforço legislativo não foi à frente, esbarrando no problema da sustentação financeira das escolas. Em julho de 1940, um novo decreto-lei (nº 6.029) regulamentando a aprendizagem industrial é promulgado.

Ainda segundo Luís Antônio Cunha (1982, p.453), a análise dos decretos e anteprojeto revela uma clara disputa no seio do aparelho de Estado. Com efeito, a primeira versão do primeiro decreto (de 1938) atribuía ao Ministério da Educação o controle do novo sistema de formação da força de trabalho industrial; já o segundo decreto (de 1940) desloca a responsabilidade para o Ministério do Trabalho.

Em janeiro de 1942, o presidente Getúlio Vargas, através do Decreto-Lei nº 4.048, criou o Serviço Nacional de Aprendizagem dos Industriários - SENAI, que teria por finalidade “organizar e administrar, em todo o país, escolas de aprendizagem para industriários”, e também “ensino de continuação e de aperfeiçoamento e especialização, para trabalhadores industriários não sujeitos à aprendizagem”. Em novembro daquele mesmo ano, foi promulgado um novo decreto-lei (4.936), alterando sutilmente a denominação do nascente órgão de ensino industrial. O então Serviço Nacional de Aprendizagem *dos Industriários* é convertido em Serviço Nacional de Aprendizagem *Industrial*.

O motivo da conversão da denominação do Serviço de Aprendizagem comporta dúvidas não completamente esclarecidas, talvez de pequena importância histórica, mas de necessário registro. Por um lado, Cunha (1982, p. 454) afirma, *en passant*, que Getúlio Vargas teria coagido os industriais a assumirem a direção e o custeio do Serviço de Aprendizagem, mediante a ameaça de entregá-lo aos sindicatos operários. Por outro lado, Roberto C. Simonsen (1973), Celso Suckow da Fonseca (1986) e a própria CNI (**Senai Brasil**, ano 6, nº 27, 1997, p.4) registram o “inegável desejo” das classes patronais de cooperarem para a formação profissional da classe proletária.

---

<sup>13</sup> Notadamente pelas reformas educacionais do período da ditadura militar, a saber, a reforma universitária, representada pela lei 5.540/68, e pela lei 5.692/71 que criou o 1º grau e o 2º grau profissionalizante.

<sup>14</sup> A noção de estrangulamento externo diz respeito às dificuldades de comércio exterior (importação e exportação) encontradas pela economia nacional, que articulada a outros aspectos acabou por conduzir, de maneira contraditória, ao chamado processo de industrialização por substituição de importações. Sobre o tema, ver Tavares (1977).

Fosse um blefe ou intenção real de Vargas colocar sob direção dos sindicatos operários o SENAI, o fato é que a entidade de formação da força de trabalho industrial terminou por ser entregue à CNI, nesse sentido, a nova denominação identifica claramente a quais interesses o SENAI serviria. Como escreveu Cunha (1982, p. 454), “de um modo ou de outro, o fato é que os industriais passaram da resistência passiva para a cooperação pronta”. Tal cooperação foi registrada por Roberto C. Simonsen:

Da conjugação de tão expressiva colaboração resultou que os decretos federais, regulando o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, honram, sobretudo, a administração pública brasileira, e traduzem uma esplêndida cooperação entre os elementos da indústria, os técnicos governamentais e o grande senso político e administrativo dos mais altos responsáveis pela causa pública. (Simonsen, 1973, p.136)

Assim, o empresariado industrial assume o controle daquela que se tornaria a sua mais importante e massiva ação educativa no campo profissional. Como afirmam Hermes e Nunes (1994, p.37), “com o SENAI, foi instaurado no Brasil o ensino industrial em larga escala”.

Do ponto de vista organizacional e pedagógico, o SENAI é inspirado na experiência do Centro Ferroviário de Ensino e Seleção Profissional de São Paulo - CFESP<sup>15</sup>. O CFESP, ao lado do Instituto de Organização Racional do Trabalho de São Paulo (IDORT)<sup>16</sup>, foi responsável pela introdução no Brasil dos princípios tayloristas, notadamente a elaboração das “séries metódicas de aprendizagem” e a aplicação de testes psicotécnicos para a seleção de trabalhadores e de candidatos aos cursos profissionais<sup>17</sup>.

Com a instituição do SENAI, em 1942, e a conseqüente obrigatoriedade das empresas ferroviárias carream recursos para essa entidade, começa a gradual absorção do CFESP pelo SENAI. Assim, em 1945, o CFESP foi extinto sendo incorporado ao SENAI não só suas atividades, mas também seu “patrimônio material, seu acervo metodológico e intelectual constituído de planos, projetos, estudos e conjuntos de séries metódicas elaboradas durante 15 anos” (Medeiros, 1987, p.171)<sup>18</sup>.

Em suas seis décadas de funcionamento, o SENAI ampliou bastante sua rede física de formação profissional, assim como ampliou o escopo de sua atuação educacional, ultrapassando seus limites iniciais - a aprendizagem industrial - e alcançando a formação de tecnólogos.

### **O Serviço Social da Indústria**

Com o fim da Segunda Grande Guerra também se encerra o Estado Novo. Contudo, a influência de Vargas estava longe de chegar ao fim<sup>19</sup>. Por sua intervenção direta, venceu

<sup>15</sup> Aliás, o próprio Roberto C. Simonsen (1973, p.135-6) registra tal inspiração. O CFESP, criado em 1934, conjuntamente pelo governo estadual de São Paulo e as companhias ferroviárias que no estado atuavam é resultado direto da grande expansão da economia cafeeira, que demandou fortemente a implantação e expansão da malha ferroviária. Para um estudo mais completo do CFESP, ver Medeiros (1987).

<sup>16</sup> Ver, sobre o IDORT, ver Vargas (1985).

<sup>17</sup> Cabe assinalar que as séries metódicas remontam a experiências bastante antigas (1868), realizadas principalmente na Rússia por Victor Della Vos (Frigotto, 1977). Ver também Frigotto (1983).

<sup>18</sup> Sobre este período e alguns de seus personagens, ver Frigotto e Rodrigues (2002) e Rodrigues (2002).

<sup>19</sup> No campo educacional, cabe assinalar que as chamadas leis orgânicas continuaram a serem baixadas através de decretos, mesmo após a saída de Vargas da presidência. Com efeito, foram exaradas, em 1946, a Lei Orgânica do Ensino Primário (decreto-lei 8.529/46), a Lei Orgânica do Ensino Normal (decreto-lei 8.530/46), a Lei Orgânica do Ensino Agrícola (decreto-lei 6.613/46), além dos decretos-leis de criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial, SENAC (decreto-lei 8.622/46).

a eleição presidencial, ocorrida em fins de 1945, o general Eurico Gaspar Dutra. Getúlio Vargas, por sua vez, foi eleito senador por dois estados e deputado federal em sete.

O novo Congresso Nacional funcionou primeiramente como Congresso Constituinte e, promulgada a nova Constituição (18 de setembro de 1946), assumiu os trabalhos legislativos ordinários.

Embora a nova Carta Constitucional afaste-se do modelo da Constituição do Estado Novo, num aspecto aquela se mantém próxima a essa: o sistema corporativista, originariamente inspirado na *Carta del Lavoro* italiana, é mantido pelos constituintes (Fausto, 1995, p.401).

A tradição repressiva também não fora superada. Enquanto o Congresso Constituinte estava reunido, Dutra baixou o decreto-lei 9.070 (março de 1946), que, na prática, inviabilizava o exercício legal de greve.

Dutra também não deixou de reprimir o Partido Comunista, repressão essa, aliás, iniciada na presidência interina exercida pelo presidente do Supremo Tribunal Federal, José Linhares, após a saída de Vargas. Em maio de 1947, simultaneamente à cassação, por parte do STF, do registro do PCB, o Ministério do Trabalho interveio em 14 sindicatos e fechou a central sindical controlada por aquele partido.

Entretanto, para Boris Fausto, não era o PCB o alvo prioritário e específico do general Dutra, mas se tratava de quebrar a espinha dorsal da organização da classe trabalhadora (Fausto, 1995, p. 403).

É, portanto, num contexto mundial de prestígio da URSS, de início da Guerra Fria, de relativo acirramento da luta de classes no Brasil, e de repressão ao movimento dos trabalhadores, conhecido como “período democrático”, que o Serviço Social da Indústria (SESI) foi criado. A caracterização de tal contexto foi, aliás, contemporaneamente reconhecida pelo órgão de divulgação da CNI:

Os diagnósticos, naquela década recheada de promessas de progresso e também pela incerteza de acirrada luta de classes incentivada pela guerra fria, pareciam demonstrar que os empresários precisavam ir mais além da simples oferta de empregos, salários e qualificação profissional. Era indispensável ganhar a luta ideológica no chão da fábrica, demonstrando a superioridade do capitalismo no dia-a-dia. (CNI Indústria & Produtividade, nº 295, 1996, p.7. Grifos nossos.)

Como ganhar essa luta ideológica? A resposta consistiu em ofertar novas opções de lazer, educação e assistência médica para o trabalhador e para sua família.

Assim, no rastro de conferências organizadas pela burguesia, em 1945 e 1946, a *Carta da Paz Social*, documento fruto da Conferência de Teresópolis, recomendava uma série de ações com o fito de se alcançar a conciliação das classes sociais: cuidados com a saúde pública; verbas para educação e organização da assistência social; instituição de cursos intensivos de visitantes sociais (“para a reintegração de elementos humanos desajustados ou revoltados”); e ampliação e aperfeiçoamento das escolas industriais.

Em junho de 1946, o presidente da república Eurico Gaspar Dutra baixou o decreto-lei 9.043, instituindo o Serviço Social da Indústria e entregando-o à CNI, tal qual Vargas fizera com o SENAI:

Art.1º: Fica atribuído à Confederação Nacional da Indústria o encargo de criar o Serviço Social da Indústria (SESI), com a finalidade de estudar, planejar e executar, direta ou indiretamente, medidas que contribuam para o bem estar social dos trabalhadores na indústria e nas atividades assemelhadas concorrendo para a melhoria do padrão geral de vida no país, e bem assim, para o aperfeiçoamento moral e cívico e o desenvolvimento do espírito de



solidariedade entre as classes. (Grifos nossos.)

Se o SENAI buscava atender aos interesses industriais ao formar profissionalmente o trabalhador, o SESI surge com o objetivo conformar “moral e civicamente” a força de trabalho, funcionando como indutor da “solidariedade de classes”. Ambos são objetivos bastantes articulados com os princípios do Estado de Bem-Estar Social, então montado nos Estados Unidos e na Europa, logo após à Segunda Guerra Mundial, e cujos benefícios nunca se generalizaram no Brasil.

Portanto, o SESI se espelha no SENAI, em três aspectos básicos. Primeiramente, ambos são criados por decreto-lei e entregue a uma entidade corporativa da burguesia, a CNI. Em segundo lugar, sua fonte principal de recursos é o recolhimento compulsório de contribuições das empresas industriais aos cofres públicos. Em terceiro lugar, tanto o SESI quanto o SENAI buscam contribuir para a formação, em sentido bastante amplo, da força de trabalho industrial. Assim, para Betânia Figueiredo (1991, p. 40), a nova entidade criada representa, na verdade, o próprio prolongamento do SENAI.

A referida entidade pretende dar assistência aos trabalhadores industriais, buscando preencher suas “carências” em diversos aspectos: transporte; alimentação; habitação; higiene e saúde, problemas econômicos e domésticos provenientes das relações no mundo do trabalho; conhecimento dos “deveres sociais e cívicos”; e a “defesa dos salários reais”. Concisamente, o SESI atua nas áreas de educação, saúde, lazer e serviço social. Com efeito, pode-se ler em seu Regulamento:

Art. 5º. São objetivos principais do SESI: (a) alfabetização do trabalhador e seus dependentes; (b) educação de base; (c) educação para a economia; (d) educação para a saúde (física, mental e emocional); (e) educação moral e cívica; (f) educação comunitária.

Se essa atuação, por um lado, articula-se com a construção, em outros países, do Estado de Bem-Estar Social, como foi dito mais acima, ela, por outro lado, se diferencia deste em pelo menos um fundamental aspecto. Ao invés de políticas sociais públicas coordenadas pelo Estado e destinadas ao conjunto da sociedade, o governo brasileiro cria uma entidade privada com o fito de atingir (pequenas) parcelas da classe operária<sup>20</sup>.

Torna-se absolutamente clara a pretensão pedagógica da burguesia industrial - ou pelo menos de sua fração mais resoluta<sup>21</sup> - frente à classe trabalhadora.

A montagem do aparelho SENAI-SESI busca abarcar praticamente todas as facetas da formação humana da classe trabalhadora empregada na indústria: da formação profissional à formação moral e cívica, da higiene à cultura, da “defesa do salário real” ao lazer, da educação pré-escolar à resolução dos problemas domésticos.

Cabe destacar que os “destinatários” dos serviços oferecidos pelo SESI não permaneceram passivos diante do nascente projeto. Em primeiro lugar, a imprensa operária da década de 1940 expressou ataques diretos aos projetos de serviço social da burguesia industrial e comercial, além de organizar atividades culturais que “sem dúvida se apresentavam como alternativas para o tempo fora do trabalho” e para as “programações rígidas e controladas pelos Serviços Sociais patronais”. Em segundo lugar, os próprios serviços sociais patronais admitiam a baixa adesão por parte dos “destinatários” dos

<sup>20</sup> Nesse sentido, vê-se claramente que a política social focalizada não é criação do neoliberalismo contemporâneo.

<sup>21</sup> Figueiredo (1991, p. 37 *passim*) admite que houve dissensões em torno da criação e manutenção das entidades de serviço social. A constituição do SESI, sob os auspícios de uma legislação federal, com recolhimento compulsório de taxas para sua manutenção permite tal conclusão.

serviços (Figueiredo, 1991, p.45).

Passados quase 60 anos de sua instituição, o SESI espalhou-se por todo o país, atingindo um número cada vez maior de trabalhadores (embora ainda reconheça que a demanda ainda está bem aquém da clientela potencial), diversificando e modernizando suas ações, isto é, convertendo-se rapidamente em uma entidade prestadora de serviços sociais diversos, financiada pelo recolhimento compulsório para-tributário, por verbas públicas *stricto sensu*, e ainda pela venda direta de serviços.

## 2. O PENSAMENTO PEDAGÓGICO EMPRESARIAL NA ERA VARGAS

### Em busca da Nação Industrializada

O período inicial da CNI é marcado por duas balizas fundamentais. Por um lado, luta-se contra a mentalidade pré-capitalista, isto é, pré-industrial, a qual atribuía ao Brasil sua “natural vocação agrícola”. Por outro lado, busca-se superar a chamada improvisação da qualificação profissional, a qual no artesanato seria possível, mas que na produção moderna, isto é, industrial, torna-se completamente inviável. Em outras palavras, todo pensamento de Euvaldo Lodi é marcado pela luta em defesa do processo de industrialização brasileira, e pela ideologia do desenvolvimentismo<sup>22</sup>.

Nesse sentido, Lodi se posiciona firmemente em contraposição às visões que defendiam a “circunstancialidade da industrialização brasileira” e a “vocação de país essencialmente agrícola”. É de se entender, portanto, porque Lodi se vê empreendendo uma verdadeira aventura:

Nesse quadro, dominado por uma interpretação falsa do papel da indústria, desajudada e incompreendida, o industrial sente-se o protagonista de uma aventura. (Lodi, 1952b, p.9)

Para o dirigente industrial, toda a sociedade - o Estado, os empresários, “o público” - estava atravessada pelo preconceito contra as atividades industriais em geral. Para Lodi, esse “preconceito” presente em todo tecido social, condizente com os “interesses poderosos”, consubstanciou-se numa verdadeira “ideologia da circunstancialidade da indústria” (Idem, *ibidem*).

Por um lado, Lodi admite que a industrialização brasileira se deu a partir de estrangulamentos externos sucessivos. Mas, por outro lado, o industrial recusa-se terminantemente a sucumbir ao caminho da suposta vocação agrícola brasileira, negando-se a deixar ao sabor da economia internacional os destinos da economia interna. Enfim, Lodi recusava-se a admitir como natural, para o Brasil, o *locus* de produtor primário na divisão internacional do trabalho então vigente.

Para o então presidente da CNI, de uma maneira geral, a sociedade - influenciada por uma “deliberada propaganda” e também “pela educação das elites” - não acreditava na capacidade do industrial brasileiro. Nas palavras de Lodi:

Na comunidade, influenciada pelos hábitos, pelas preferências, pela educação

---

<sup>22</sup> O desenvolvimentismo pode ser sintetizado através de quatro características: (a) a industrialização é a via de superação da pobreza; (b) não há meios de alcançar uma industrialização eficiente através das forças espontâneas de mercado; por isso, é necessário que o Estado planeje a economia; (c) o planejamento deve definir a expansão dos setores econômicos, além dos instrumentos da mesma; e (d) o Estado deve ordenar também a execução da expansão, captando e orientando recursos financeiros, e promovendo investimentos diretos naqueles setores em que a iniciativa privada seja insuficiente (Bielschowsky, 1996, p.7).

das elites, e por uma deliberada propaganda adversa, encarou-se com suspeição a manufatura nacional. Antes de tudo, pela falta de confiança na capacidade técnica e do trabalho nacional para tarefas reputadas complexas, reclamando qualificações que só a longa formação dos grandes países ocidentais podia possuir. (Lodi, 1952b, p.4-5)

A ideologia da circunstancialidade, portanto, se materializava em cinco aspectos inter-relacionados: a não-qualificação do trabalho nacional; a vocação agrícola do país; o trabalho escravo; o alto custo final das mercadorias; e a baixa qualidade das mesmas.

Já que a sociedade encarava a capacidade técnica da indústria como deficitária, logicamente também haveria de avaliar que o produto dessa técnica ineficiente fosse, necessariamente, mercadorias de baixa qualidade, se comparadas com aquelas produzidas em países mais desenvolvidos. Lodi, embora implicitamente aceitasse tal crítica, entendia que a qualidade das mercadorias brasileiras seria fruto de um longo processo de aperfeiçoamento técnico, dada a natural expansão da economia e ausência de concorrência externa.

Além de combater tenazmente a idéia antiindustrialista calcada na suposta vocação brasileira de um país “essencialmente agrícola”, Lodi expunha ainda outro sustentáculo dessa ideologia: “a aversão de uma sociedade, por tão longo tempo baseada no labor escravo, ao trabalho material, às habilidades manuais e à técnica” (Lodi, 1952b, p.5).

Assim, segundo Lodi, a combinação de um passado escravocrata, sustentáculo da economia primário-exportadora, e as dificuldades técnicas da incipiente produção secundária contribuíram definitivamente para deter a expansão da indústria. Na verdade, para Lodi, a ideologia da circunstancialidade da industrialização brasileira representava

... não apenas o reflexo de um comportamento incôngruo com o progresso industrial, mas a sobrevivência de concepções, institutos e fórmulas de ação próprias de uma estrutura econômica pré-capitalista e, portanto, pré-industrial. (Lodi, 1952b, p.6)

Para Lodi, embora o processo de industrialização tenha se dado pelo estrangulamento externo, ou seja, pelos “azares da conjuntura”, o governo não mais poderia ser conivente com a atitude até então vigorante da “ideologia da artificialidade da indústria”. Defende assim, claramente, a participação ativa do Estado em diversos setores da vida social - “na política comercial, na política monetária, na política fiscal, na organização do mercado de trabalho, na educação e na tecnologia” (Idem, ibidem, p.7) - com vistas à manutenção e diversificação do processo de industrialização.

Enfim, condizente com padrão de acumulação fordista então vigente no capitalismo ocidental, a CNI defende veementemente a construção de um *Estado estruturante*, capaz de planejar e implementar políticas *anticíclicas* e pró-desenvolvimentistas:

... a história econômica recente parece ter demonstrado à farta que a orientação providencial da “mão invisível” não promoveu os reajustamentos automáticos que teriam evitado aos sistemas econômicos o longo e penoso paradeiro dos anos 30. Mais do que nos problemas das flutuações a curto prazo, cumpre uma ação intencional para acelerar o ritmo de crescimento das economias subdesenvolvidas. Na solução desses problemas, temos de abandonar o mecanismo inconsciente do “laissez faire” pela técnica racional e consciente do planejamento. (Lodi, 1954, p.136)

O Estado também deveria, na opinião do presidente da CNI, implementar políticas

aduaneiras que assegurassem um mercado interno estável, com o fito de oferecer “garantia e estímulo aos produtores industriais e agrícolas” e de ampliar a oferta de empregos:

Ingênuos liberais indígenas e porta-vozes conscientes ou inconscientes de grupos de interesses centralizados no estrangeiro empreenderam ruidosa campanha no Brasil para inocular na opinião pública a idéia de que nossas tarifas devem ser reduzidas. (Lodi, 1954, p.38)

Diante da feroz crítica às estruturas sociais pré-industriais (o patriarcado rural), não se pode, contudo, depreender a existência de um conflito inconciliável entre a agricultura e a indústria: é “inteiramente vão, senão nefasto aos interesses nacionais, supôr que existe algum conflito de interesses entre a indústria e a agricultura” (Lodi, 1954, p.33). Na verdade, Lodi procura destacar a complementaridade entre os interesses dos dois setores da economia, isto é, entre os interesses das frações burguesas.

O então presidente da CNI ainda destaca dois outros aspectos da intercomplementaridade indústria-agricultura: o aumento da produtividade das atividades agrícolas através de sua mecanização e o papel de criação da “mentalidade técnica”:

A indústria é ainda essencial à agricultura porque cria, prepara a mentalidade técnica e os trabalhadores capazes de desenvolver os processos agrícolas pela mecanização. Como poderemos ter mecanização sem mecânicos? (Lodi, 1954, p.33)

A construção do trinômio desenvolvimento-industrialização-civilização visou operar, dessa forma, a identificação entre os interesses da burguesia industrial e os interesses de toda a sociedade brasileira:

Desejo e preciso acentuar o fato de não ser a indústria uma classe que pretende impôr predomínio sobre as outras. (...) Indústria (...) é a utilização da inteligência para multiplicar a eficiência da atividade. Indústria é cooperação social, é a consequência dos meios de produção ao alcance do homem e da sua utilização técnica para o bem-estar coletivo. (Lodi, 1954, p.64)

Ou seja, ainda nas palavras de Lodi, “o interesse industrial identifica-se com o interesse geral do país” (Lodi, 1952b, p.13).

### **A educação conciliadora**

Num país assumidamente subdesenvolvido, que é marcado por gigantesca concentração de renda e que expõe, de maneira clara, a cisão da sociedade em classes antagônicas, a questão do custo do trabalho, isto é, dos salários, precisava ser abordada pelo pensamento pedagógico da entidade máxima da burguesia industrial: “Podemos resumir numa palavra o problema atual do Brasil: elevar os níveis de vida” (Lodi, 1954, p.25).

No entanto, Lodi deixa claro seu desacordo com teses “distributivistas”, que apenas trariam profundas decepções às classes trabalhadoras, podendo causar enormes desastres na economia, caso houvesse uma majoração geral dos salários. “Devemos, portanto, desembaraçarmo-nos de ilusões”, afirma o líder, sem margens para dúvida sobre sua posição. Primeiramente,

... a maior contribuição que se pode oferecer para a melhoria real e persistente dos níveis de vida é a de procurar crescer a produtividade direta do trabalhador, ou seja, sua capacidade de ganhar o maior salário por sua maior

produção.(Lodi, 1954:26)

Em seguida, Lodi apela, dentro do espírito industrialista, aos homens que “dispõem de capital”, que dilatam as possibilidades de emprego mediante o aumento global da produção. Assim, a solução proposta por Lodi para “elevar os níveis de vida” pode ser resumida em dois pináculos clássicos articulados: elevação global dos níveis de produção e da produtividade do trabalho.

Por que os níveis de produção e produtividade não teriam sido, até então, suficientes para garantir um padrão de vida adequado às demandas do povo brasileiro? Para Lodi, também nesse campo, os problemas brasileiros vêm de longe marcando a cultura nacional desde a carta de Pero Vaz de Caminha, nomeadamente o descaso para com o homem sustentado na ilusão das riquezas naturais:

Talvez (...) embalado no “berço esplêndido” de falazes riquezas naturais, o Brasil descuidou-se do homem, confiado em extrair ou apanhar na terra as riquezas que o levantariam. (Lodi, 1954:28)

Para o líder da CNI, em ininterrupto combate pela industrialização, a imagem das riquezas naturais não resiste ao olhar objetivo da análise científica. O Brasil, embora possua alguma variedade de recursos naturais, não dispõe das imensas reservas que outros países possuem. Lodi alerta que é preciso partir do “preparo do homem”, seja para um melhor aproveitamento dos recursos disponíveis, seja para a descoberta de novos mananciais naturais. Para argumentar, utiliza-se do exemplo de outros países, que teriam implementado a equação econômica de investir nos recursos humanos na razão inversa da abundância das riquezas naturais - Japão e Suíça.

Segundo Lodi, os industriais brasileiros, na verdade, já estariam trilhando, mesmo que de forma incipiente, a direção apontada acima. Esteios dessa política de elevação da produtividade, isto é, do “apoio ao trabalhador”, seriam o SENAI e o SESI<sup>23</sup>, cujos

... serviços acrescentam, sem dúvida alguma, o valor dos salários reais dos trabalhadores, proporcionando-lhes, e às suas famílias, vantagens de toda sorte e de importância inegável para seus níveis de vida. (Lodi, 1954, p.26-7)

Não se resumem à elevação do nível de vida da classe trabalhadora os serviços prestados por essas entidades. Continua Lodi:

Seu maior alcance, entretanto, não é êste, direto, mas o indireto, de alargar a capacidade do homem, já no vigor físico, já nas condições morais e no preparo técnico, para produzir mais e ganhar maiores salários. (Idem, ibidem, p.27)

Assim, segundo Lodi, o caminho para a elevação do nível de vida do trabalhador passa necessariamente por sua capacidade de produzir mais. Essa capacidade, por sua vez, se apóia em dois pilares básicos: preparo educacional-profissional e preparo *moral*.

A economia, hoje, só pode ser estudada na base da psicologia social. O elemento qualitativo da produção, tanto quanto o quantitativo, muito dependem do estado de espírito do trabalhador. (Lodi, 1954, p.30)

A criação do SESI representou uma estratégia em busca da conciliação das classes, por estar profundamente articulada, no plano internacional, com o nascimento do Estado de

---

<sup>23</sup> Apresentados na seção anterior.

Bem-Estar Social. Conciliação (de classes) é, portanto, uma idéia-chave no discurso industrial:

Todos precisamos uns dos outros e todos devemos ter a consciência de que a vida não se tece de atritos e discórdias, e, sim, de colaboração, para se evitar o desperdício de energias. (...) Os reflexos do problema psicológico e a pressão do fenômeno social são elementos perturbadores da prosperidade geral. (Lodi, 1954:31)

Na constituição do binômio conciliação de classe/produção, pode-se, mais uma vez apreender a vocação hegemônica da burguesia industrial, retratada nas palavras de Lodi: “a indústria brasileira se colocou na vanguarda da evolução espiritual. Renovou seu espírito para ser digna de sua missão”.

### **Economia e educação**

Também no que tange à educação, o pensamento de Euvaldo Lodi se entrelaça estreitamente com a defesa da inevitabilidade da industrialização brasileira, com a busca da superação da mentalidade antiindustrialista, e com o combate à vocação agrícola e à mentalidade escravocrata do trabalho. Na conferência **Economia e educação** (Lodi, 1952a), o presidente da CNI busca traçar as mútuas relações entre os dois termos desse binômio, além de indicar os caminhos para que a educação seja indutora do desenvolvimento econômico. Com efeito, Lodi entende que o crescimento econômico implica e pressupõe alterações nas condições sociais e institucionais,

A educação, como técnica, processo, modo sistemático de influir no comportamento humano, transmitindo a experiência acumulada e habilitando a resolver os problemas que a realidade física e social propõe, é uma dessas implicações e um desses pressupostos. (Lodi, 1952a, p.4)

A partir desse pressuposto, Lodi desenha superficialmente a evolução da economia brasileira, a qual busca relacionar às funções do sistema educacional. O industrial guia sua análise pela idéia-força da “inadequação funcional entre a educação intencional que se dispensa no país e a realidade material” (Lodi, 1952a, p.5).

Para Lodi, o Brasil percorreu em sua história econômica três etapas distintas, a saber, a fase pré-industrial (1808-1890), dominada pela produção primária, a fase de transição (1890-1939), caracterizada pela expansão da produção para o abastecimento interno, e a fase industrial propriamente dita (a partir de 1939), definida pelo predomínio do mercado interno (Lodi, 1952a, p.6).

Na fase pré-industrial, a “unidade produtora” por excelência é a fazenda. Essa pode ser caracterizada por quatro aspectos fundamentais. Em primeiro lugar, essas unidades produtoras eram de caráter latifundiário; em segundo lugar, baseavam-se, até o fim do século XIX, no trabalho escravo; em terceiro lugar, utilizavam-se de técnicas produtivas extremamente simples; e, por último, poderiam ser consideradas unidades econômicas fechadas, por possuírem subsistência própria. O predomínio da produção primária, cuja consecução era tecnicamente simples e sustentado no trabalho escravo, não produzia qualificações muito variadas (Lodi, 1952a, pp.7 e 8).

Para o presidente da CNI, àquele tipo de estrutura econômica correspondia uma determinada organização social - o patriarcado rural. Organização social que só comportava duas classes sociais: o proprietário rural e o escravo. Para Lodi, a “classe intermediária”, composta por alguns profissionais liberais e escassos artífices, era por demais minoritária, caracterizando, portanto, a sociedade patriarcal rural como

extremamente “rígida”: “Por mais que um escravo suba, jamais se tornará um senhor patriarcal; êste, por mais que desça, em posição e fortuna, nunca virá a ser um escravo” (Lodi, 1952a, p.8).

Com relação à fase de transição para a industrialização, Lodi entende que a economia brasileira começou a adquirir lentamente maior complexidade, desenvolvendo algumas atividades secundárias e terciárias. Nessa estrutura econômica, os métodos de produção, embora ainda simples, superavam bastante em complexidade aqueles presentes na fase anterior, já reclamando, assim, maiores qualificações profissionais, alterando profundamente a “paisagem social”:

Corresponde a essa estrutura social diferenciada, com várias escalas intermediárias, do ponto de vista da posição social, da posição econômica e da posição política, progressiva mobilidade vertical, que se contrapõe ao quietismo do patriarcado rural e à pequena circulação social de sua fase decadente, o patriarcado urbano. (Lodi, 1952a, p.6)

Por um lado, a nova ordem republicana estabeleceu, para o líder industrial, as bases jurídicas para a ascensão social dos indivíduos, “sem distinção de procedência étnica ou social”; por outro lado, a diversificação e o crescimento da estrutura econômica estabeleceram as bases materiais para a ascensão dos indivíduos ou dos grupos sociais a posições hierárquicas sócio-econômicas mais elevadas (Lodi, 1952a, p.16).

Finalmente, a fase industrial, fruto do processo não-intencional de substituição de importações, se caracteriza pela incipiente superação da etapa das pequenas unidades produtoras, em direção à concentração fabril, à diversificação e à difusão geográfica do parque industrial, inclusive com a implantação da indústria de base. Nessa fase, as unidades fabris já não podem ser erguidas e mantidas pelas poupanças individuais ou mesmo familiares, demandando, assim, a constituição de um mercado de capitais, que opere a separação das funções de capitalistas e empreendedores (Lodi, 1952a, p.19-20).

A essa complexificação econômica, o líder industrial vincula uma diversificação social, com o nascimento, por exemplo, dos sindicatos de operários - “possibilitando-lhe, assim, acesso à liderança, atribuindo-lhe, assim, função de prestígio social” - e uma diversificação da estrutura do Estado:

As funções públicas adquirem considerável importância e complexidade, exigindo não só um quadro muito ampliado de servidores, como sobretudo, maiores qualificações técnicas e qualidades de comando. (Lodi, 1952a, p.22)

Ao traçar esse panorama evolutivo da economia brasileira, Lodi preparou o terreno para lançar a sua tese educacional básica: a educação nacional foi adequada às estruturas econômicas pré-industrial e transitória, agora (1950) já não mais é.

A educação e a formação profissional, portanto, precisam ser rapidamente modificadas sob pena de obstar irremediavelmente o crescimento econômico-industrial brasileiro.

Lodi apóia suas concepções sobre educação nas proposições de Émile Durkheim, que por sua vez entende o fenômeno educativo como composto por dois momentos complementares: a educação homogeneizadora e a educação diferenciadora.

No plano específico da educação escolar, para Durkheim, a educação básica deve propiciar aos indivíduos uma educação homogeneizadora de forma a reforçar a “solidariedade mecânica” que derivaria diretamente das semelhanças entre os seres humanos. Esse nível de ensino, portanto, deve

... proceder à assimilação do imaturo à comunidade, inculcando-lhe, independentemente da classe social a que pertence ou da carreira profissional que mais tarde abrace, o mínimo de informações, idéias, interesses, preferências, hábitos e atitudes essenciais à persistência e à continuidade da cultura social (Lodi, 1952a, p.23)

Com isso, estaria garantida, para Lodi (assim como para Durkheim), a “homogeneidade indispensável à convivência efetiva entre os membros da sociedade”. No entanto, o líder industrial, curiosamente, entende a generalização da educação básica a toda sociedade brasileira como uma “utopia nefasta”, como será mostrado um pouco mais adiante.

Garantida a *homogeneidade* entre os seres humanos, implementada pela educação básica, restaria ainda para o funcionamento da sociedade um certo grau de *diferenciação*, promovida pela educação profissional *lato sensu*, ou seja, pela “educação diferenciadora”.

Apoiando-se na exposição das três fases da economia brasileira (pré-industrial, transitória e industrial), Lodi busca relacioná-las à educação, tomando como eixo a idéia-força mencionada mais acima - a “inadequação funcional entre a educação intencional e a realidade material”:

Não creio correr o risco de afirmar um paradoxo asseverando que, no sentido vital do terreno, houve mais educação, isto é, formava-se melhor o homem, ao tempo da sociedade patriarcal do que nas fases posteriores. (Lodi, 1952a, p.25)

Para o presidente da CNI, na sociedade pré-industrial brasileira, o complexo cultural indispensável “à persistência da comunidade” era transmitido adequadamente aos imaturos de forma “espontânea”, já que as “vivências eram simples”:

Comunicava-se a tradição ideológica vigorante, por meio de contatos diretos no ambiente da família, no grupo de jogo, na vizinhança, nas atividades rotineiras de trabalho. (Lodi, 1952a, p. 25-6)

Em outras palavras, na sociedade pré-industrial, as relações sociais acabavam por si mesmas inculcando nos indivíduos a “ideologia vigorante” e os saberes necessários à reprodução dessas mesmas relações sociais. Conseqüentemente, à educação escolar pouca responsabilidade cabia no processo global de hegemonia das classes aristocráticas rurais sobre os demais grupos sociais, ou mesmo na formação profissional dos trabalhadores (ou escravos). Com efeito, para Lodi,

Nêsse período, a educação elementar, ou seja, a aprendizagem da leitura, da escrita e dos rudimentos de cálculo, pode-se considerar, não como parte do ensino básico, e sim como instrumento de diferenciação. (Lodi, 1952a, p.26)

A educação básica, o ensino médio e mesmo o ensino superior, no período brasileiro pré-industrial, eram apenas distintivos de classe, não passando apenas de “superfetação”.

Assim, no período referido, uma educação formal marcada pelo ensino de “humanidades”, desprovida de função econômica, aliada à realidade escravocrata acabou por produzir uma “falsa antinomia entre o trabalho físico e o trabalho intelectual”. Essas características sócio-econômico-culturais acabaram por se constituir em grandes obstáculos à industrialização, ao desenvolvimento econômico (Lodi, 1952a, p.27-8).

Ou seja, para Lodi a educação no período primário-exportador possui um caráter



contraditório. Por um lado, considerando-se a sociedade pré-industrial em si mesma, a educação lhe era plenamente funcional na medida em que contribuía para a cisão cultural entre a classe aristocrática e os demais grupos sociais subalternos. Por outro lado, considerada a sociedade urbano-industrial como télos de um processo civilizatório, a educação teria sido profundamente reacionária, na medida em que contribuiu para estabelecer freios mentais ao “trabalho inteligente”, à técnica, à tecnologia, isto é, à própria indústria.

Essas contradições, segundo o então presidente da CNI, agravaram-se durante o período de transição entre a sociedade agrário-rural e a urbano-industrial, conforme a sociedade patriarcal vai se desintegrando, a fazenda latifundiária vai perdendo seu caráter central na organização societária, os grupos sociais fundamentais vão perdendo sua capacidade de “exercer sua ação integrativa ou homogeneizadora” (Lodi, 1952a, p. 28).

A escola, que não colaborara nesse processo hegemônico, não poderia passar a exercê-lo automaticamente. A instituição escolar não estava preparada nem qualitativamente (conteúdo pedagógico) nem quantitativamente para contribuir na manutenção da “solidariedade mecânica”, ora em processo de desintegração; tampouco poderia ajudar na construção da nova hegemonia, pois

o espírito de iniciativa, a disciplina, a diligência, a ordem, o “esprit de corps”, requeridos numa sociedade que se industrializa, mas dispensáveis numa sociedade patriarcal, baseada no trabalho escravo e em processos de coerção ou compulsão, não foram, no período de transição, inculcados nas gerações submetidas à experiência escolar. (Lodi, 1952a, p.30)

Com relação ao ensino diferenciado, ou seja, o ensino profissional, particularmente o praticado em nível superior, Lodi entende que esse também pouco ajudou ao processo de industrialização, haja vista não ter contribuído para a formação de uma “genuína cultura nacional”, tampouco para a resolução dos problemas práticos. Ou seja, para Lodi, faltou ao ensino diferenciado brasileiro uma verdadeira “orientação pragmática”:

Em resumo, a educação sistemática administrada pela organização escolar mal acompanhou o surto do progresso material do país, que não pôde contar assim com a orientação e a força propulsora de que se poderia ter beneficiado. (Lodi, 1952a, p.33)

Os problemas na relação economia-educação que despontaram na fase de transição só poderiam, portanto, aprofundarem-se na fase propriamente industrial. Era chegado, portanto, o momento histórico de superação do processo de industrialização calcado num movimento não-intencional, em função das restrições ao comércio internacional. Assim, o planejamento estatal do desenvolvimento econômico brasileiro não deveria se restringir às políticas econômicas *stricto sensu*, mas deveria, sim, abranger a educação:

Temos de preparar o homem para a nova paisagem física e social emergente no Brasil, que não será apenas o resultado de tendências incoercíveis, a soma dos fatos consumados, mas resultante de um propósito racional, a conseqüência de um plano inteligente. Formar homens que o Brasil necessita, eis a tarefa da educação. (Lodi, 1952a, p. 34)

Ou seja, até então, a “industrialização pouco se beneficiou da escolaridade, fazendo-se mesmo independentemente dela”; entretanto, isso precisava mudar profundamente.

### Formar os homens que o Brasil necessita

Euvaldo Lodi lançou-se na tarefa de propor uma formação humana funcional aos novos tempos da economia brasileira. Incumbiu-se de examinar o “tríplice aspecto do fenômeno educacional”, ou seja, a filosofia, a didática, e a administração, em seu íntimo relacionamento com a economia.

Com relação à administração da educação, Lodi alicerça seu raciocínio no seguinte ponto:

A educação é ao mesmo tempo, um investimento e um consumo; no primeiro sentido, a capacitação dos homens é uma das pedras angulares do desenvolvimento econômico; no segundo, é um dos elementos importantes do bem-estar, indispensável para a fruição plena da vida, e, assim, é o resultado, um fruto do progresso. (Lodi, 1952a, p.34)

Como em um país subdesenvolvido os recursos econômicos são necessariamente reduzidos, é necessário fazer-se uma opção preliminar entre “educação como consumo” e “educação como investimento”. Lodi faz sua escolha:

nas condições atuais da economia brasileira, é uma utopia, e utopia nefasta, imaginar que todos possam ter a educação básica necessária. (Lodi, 1952a, p.36. Grifos nossos.)

Na verdade, para Lodi, se fossem negligenciadas “outras alternativas para investimento”, essa situação acabaria por impedir, no futuro, os investimentos para a “educação das massas”. Ou seja, em nome do futuro da educação básica da classe trabalhadora, o presidente da CNI condena a educação básica necessária das massas a uma nefasta utopia.

Operada a transmutação da *necessidade* em *utopia nefasta*, Lodi considera imprescindível obter-se a maior rentabilidade possível sobre os recursos aplicados à educação, dadas as condições subdesenvolvidas da nação. Para tal, esboça uma filosofia e uma didática adequadas à premência econômica e à consecução do projeto industrialista:

No ensino básico faz-se preliminarmente, indispensável uma revisão de sua tábua de valores, de sorte a ajustá-la às necessidades de uma sociedade que se industrializa e deve industrializar-se, que se torna cada vez mais urbana. (Lodi, 1952a, p.36. Grifos nossos.)

Ou seja, a filosofia da educação - sua tábua de valores - em tempos de industrialização deve pautar o ensino básico no valor da atividade produtiva:

Isto significa elaborar um currículo em que o imaturo adquira a consciência vital da importância da atividade produtiva, isto é, da criação de utilidades, ou seja, do alcance e dignidade do trabalho e qualquer de suas formas, materiais ou espirituais, e assim, dos hábitos, atitudes e preferências que esse valor implica. (Lodi, 1952a, p.37)

Hábitos, atitudes e preferências, aliás, bastante pragmáticas e conectadas ao novo padrão de acumulação:

Relaciona-se com êsse aspecto o objetivo, por demais ponderável para uma economia subdesenvolvida, de modificar racionalmente, através da transformação do educando, os hábitos de consumo, engendrando um

comportamento mais compatível com o processo acumulatório imprescindível.  
(Lodi, 1952a, p.37. Grifos nossos.)

O princípio da produtividade dos recursos aplicados à educação também deveria repercutir nos procedimentos didáticos utilizados nas escolas brasileiras.

Com efeito, a “didática brasileira” não pode se pautar nos mesmos princípios da “didática americana”, muito mais dispendiosa, já que apoiada no processo de “individualização”.

Como a conferência em questão tem como cenário a Faculdade Nacional de Filosofia, instituição que abrigava o curso de pedagogia, Lodi conclama à “capacidade inventiva de nossos pedagogos” que criem métodos capazes de abranger grupos mais numerosos de discentes.

Para o líder industrial, o “princípio da economicidade” não poderia ficar restrito à educação básica, mas deveria ser estendido também ao ensino diferenciado, fosse de nível médio ou superior. Para Lodi, em qualquer nível escolar caberia “imprimir-lhe caráter eminentemente utilitário ou pragmático”:

Isso não significa dispensar o conteúdo pròpriamente cultural dos currículos profissionais, mas que a primeira preocupação deve ser a de formar um profissional competente, apto, mal egresso das escolas, a contribuir com utilidade e serviços à comunidade. (Lodi, 1952a, p. 38. Grifos nossos.)

A essa preocupação “cultural” dos currículos dos cursos de formação profissionalizante, Lodi articula a capacidade técnica de enfrentar os “genuínos” problemas nacionais. Além disso, ao princípio da economicidade, o líder industrial articula também a preocupação com a *flexibilidade*:

O princípio que impele a buscar o mais alto rendimento por unidade de capital obriga, num país subdesenvolvido e em expansão, que requer cada dia mais especialização, a orientar o ensino vocacional correspondentemente, sem perder de vista que um mínimo de conhecimentos comuns nos setores profissionais é indispensável para assegurar a flexibilidade conveniente a uma economia em que o mercado de trabalho se caracteriza ainda por grande instabilidade. (Lodi, 1952a, p.38-9. Grifos nossos.)

Enfim, Euvaldo Lodi constrói seu pensamento pedagógico buscando articular intimamente economia e educação, seja no momento de formação geral e básica, seja na direção da formação profissional.

A preocupação central do então presidente da CNI é com um plano de industrialização para a sociedade brasileira, plano esse que não só deveria abranger as políticas fiscais, tecnológicas, e industriais propriamente ditas, mas também se espalharia necessariamente pelo terreno da política educacional.

Portanto, é tarefa da educação preparar o novo homem, habitante e construtor da nova paisagem física e social emergente no Brasil, rompendo definitivamente com a ideologia da artificialidade da indústria.

Essa nova paisagem social, para Lodi, expulsa toda e qualquer possibilidade de improvisação da força de trabalho industrial. As novas técnicas de produção industrial são inacessíveis aos operários sem escolaridade básica (já posta, cabe lembrar, como uma “utopia nefasta”) e sem qualificação profissional adequada:

Não me refiro tão só às escolas técnicas, mas à adequada escola primária, que é

a base da disciplina social e da habilitação intelectual, sem as quais não há operariado satisfatório. (Lodi, 1954, p.29)

Continuando, Lodi defende veementemente a escolaridade básica como um elemento fundamental para a superação da improvisação e a ampliação da produtividade, como já apontada acima:

Por vêzes pensamos poder resolver os problemas brasileiros do trabalho industrial pela improvisação. As grandes massas trabalhadoras não poderão oferecer índice apreciável de rendimento sem a escolaridade primária, longa e adequada. (Lodi, 1954, p.29)

Logo a seguir, no texto do qual foi retirado o excerto acima, Euvaldo Lodi explicita ainda mais claramente sua compreensão de escola básica. Essa pode ser traduzida como uma escola com duração de seis a oito horas diárias, na qual o processo educativo deverá assegurar um conjunto de qualidades indispensáveis ao trabalho industrial em grandes unidades fabris: “de cooperação, de disciplina, de pertinácia, de ordem, de asseio, de compreensão”.

Para Lodi, se a improvisação na formação dos operários não-qualificados, cerca de 80% da força de trabalho fabril, traduz-se em grande redução de rendimentos e “danos de toda a espécie”, a improvisação da parcela qualificada da força de trabalho é “quase impossível”.

A aprendizagem, aí, assenta, em primeiro lugar, em conhecimentos gerais, imprescindíveis à compreensão dos processos técnicos e aos cálculos, ainda que elementares, dos aparelhos, dos instrumentos ou dos sistemas de trabalho. (Lodi, 1954, p.30)

A passagem acima afasta a idéia de que, para a CNI, à escola básica cumpre única e exclusivamente a educação atitudinal do trabalhador, apenas ensinando-lhe a ser ordeiro, obediente, cooperativo e ciente de sua posição no grande concerto sócio-fabril. À escola também cabe fornecer, aos futuros operários, os conhecimentos sobre os quais se assentará a formação profissional propriamente dita:

Não é possível pretender-se a formação de um mecânico ou de um eletricitista sem um mínimo de conhecimento de matemática elementar ou de desenho. Tão pouco se habilita o homem a manusear ferramentas, ou a construir peças de máquinas, ou a montá-las, ou a ajustá-las, sem uma lenta e sistemática aprendizagem de operações técnicas. (Lodi, 1954, p.30)

Na medida em que, por um lado, Lodi considera a improvisação formativa do trabalhador incompatível com a “era altamente mecanizada e técnica da produção dos nossos dias”, e que, por outro lado, a escola brasileira não fora ainda capaz de fornecer quadros profissionais à altura daquelas demandas, nada mais compreensível do que a solicitação feita ao presidente Getúlio Vargas por uma política integrada.

Para Lodi (1954, p.123), a elevação do nível técnico da indústria brasileira só poderia ser bem sucedida mediante uma política que integrasse o incentivo à imigração de estrangeiros “portadores de conhecimentos e de prática de processos mais avançados de produção”; à importação de equipamentos; à transferência de plantas industriais; à ampliação do ensino técnico-profissional em todos os graus de ensino.

## Horizonte de ferro

A análise do pensamento da CNI, desde a sua fundação oficial (1938), demonstra que essa entidade vem elaborando sucessivamente metas econômico-sociais para sociedade brasileira, as quais podemos denominar de *télos*. *Télos* é, portanto, uma imagem construída pelo discurso burguês com o propósito de subsumir os interesses do conjunto da sociedade, em particular, da classe trabalhadora, aos interesses particulares da classe dominante, no caso, da fração industrial da burguesia.

No período aqui analisado, décadas de 1930, 40 e 50, pode-se designar de *Nação Industrializada* essa imagem criada pelo pensamento pedagógico da burguesia industrial com o fito de estruturar praticamente todas as práticas sociais, em particular a educação<sup>24</sup>. Como foi demonstrado pela análise dos diversos excertos, Lodi empenhou-se em convencer a sociedade política e a sociedade civil de que todos os problemas do Brasil poderiam ser associados ao seu (então recente) passado agrário, isto é, primário-exportador. No discurso teleológico industrial, o Brasil rural, agrário, atrasado, com suas “classes parasitárias”, precisaria ser derrotado e, em seu lugar, deveria ser erguida uma Nação Industrializada.

A imagem da nação industrializada congregava, portanto, a superação de todos os problemas brasileiros, do analfabetismo à baixa qualidade dos produtos nacionais, da precária qualificação profissional à criação de um mercado consumidor de massas, da dinamização da ciência à superação do “pauperismo”. Ora, a construção de uma nação industrializada impunha necessariamente a participação de todos os segmentos sociais - burguesia rural, burguesia comercial, classe trabalhadora, Estado. Desse último, é exigida uma ação planejadora da economia nacional e organizadora de todos os setores da vida social.

A educação, especialmente a formação profissional, também precisaria, na visão burguesa, ser remodelada, já que passou a ser encarada como alavanca para a industrialização. A criação do SENAI e do SESI, de seus congêneres SENAC e SESC, e as chamadas Leis Orgânicas do Ensino demonstram a subordinação da política educacional ao *télos* Nação Industrializada.

Enfim, a burguesia industrial brasileira, aqui retratada através dos pronunciamentos do então presidente da Confederação Nacional da Indústria, entre 1938 e 1954, propugnou que a tarefa da educação seria “formar homens que o Brasil necessita”, ou seja, forjar trabalhadores cuja “formação técnica e moral” devesse ser funcionalmente adequada às demandas do capital em sua aventura industrial. Esse horizonte de ferro, fundido durante a Era Vargas, continua, em grande medida, aprisionando o pensamento pedagógico no início do século XXI.

## BIBLIOGRAFIA

BIELSCHOWSKY, Ricardo. Pensamento econômico brasileiro: O ciclo ideológico do desenvolvimento. (3ª ed.). Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

CARONE, Edgar. O Centro Industrial do Rio de Janeiro e a sua importante participação na economia nacional (1827-1977). Rio de Janeiro: CIRJ/Cátedra, 1978. (Edição comemorativa do Sesquicentenário do CIRJ).

---

<sup>24</sup> Com efeito, ao longo de suas quase sete décadas de existência, a CNI produziu mais dois outros *télos*, além do *Nação Industrializada: País Desenvolvido e Economia Competitiva*. Para os dois *télos*, ver Rodrigues (1998). Sobre a educação superior sob o *télos* Economia competitiva, ver Rodrigues (2005a, 2005b).

CIB – Confederação Industrial do Brasil. Relatório da directoria da Confederação Industrial do Brasil de 1937. s/l, 1938.

CUNHA, Luís Antônio. A política educacional e a formação da força de trabalho industrial na era de Vargas”. In: Revolução de 30: Seminário internacional. Brasília: EdUnB, 1982.

FAUSTO, Boris. A revolução de 30. (13ª ed.). São Paulo: Brasiliense, 1994.

----- . História do Brasil. (2ª ed.). São Paulo: EdUSP/FDE, 1995.

FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves. A criação do SESI e SESC: Do enquadramento da preguiça à produtividade do ócio. Campinas: IFCH-UNICAMP, 1991. (Dissertação de mestrado)

FONSECA, Celso Suckow da. História do ensino industrial no Brasil. Rio de Janeiro: SENAI, 1986. 5 v.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Efeitos cognitivos da escolaridade do SENAI e da escola acadêmica convencional: Um pedagogia para cada classe social?. Rio de Janeiro: IESAE-FGV, 1977. (Dissertação de mestrado).

----- . Fazendo pelas mãos a cabeça do trabalhador: o trabalho como elemento pedagógico na formação profissional. Cadernos de Pesquisa. São Paulo, nº 47, pp. 38-45, nov., 1983.

FRIGOTTO, Gaudêncio; RODRIGUES, José. Ítalo Bologna. In: FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque; BRITTO, Jader de Medeiros. (orgs.). Dicionário de grandes educadores no Brasil. (2ª ed.). Rio de Janeiro: EdUFRJ/MEC-INEP, 2002.

GRAMSCI, Antonio. Maquiavel, a política e o Estado moderno. (8ª ed.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

HERMES, Gabriel; NUNES, Osório. Trajatória da Confederação Nacional da Indústria. Rio de Janeiro: CNI, 1994.

LEME, Marisa Saenz. A ideologia dos industriais brasileiros, 1919-1945. Petrópolis: Vozes, 1978.

LODI, Euvaldo. Economia e educação. Rio de Janeiro. 1952a [Conferência pronunciada na Faculdade Nacional de Filosofia, em 15 de maio de 1952.]

----- . Discurso de posse do dr. Euvaldo Lodi na presidência da CNI, pronunciado em 5 de novembro de 1952. Recife: FIEPE, 1952b.

----- . Discursos e conferências. Rio de Janeiro: CNI, 1954.

MARX, Karl. Para a crítica da economia política. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. A ideologia alemã. (6ª ed.). São Paulo: Hucitec, 1987.

MEDEIROS, Marluce. Expansão capitalista e ensino industrial. Rio de Janeiro: SENAI, 1987.

RODRIGUES, José. O moderno príncipe industrial: o pensamento pedagógico da Confederação Nacional da Indústria. Campinas: Autores Associados, 1998.

----- . Celso Suckow da Fonseca e a sua “História do ensino industrial no Brasil”. Revista Brasileira de História da Educação. Campinas: SBHE, v.2, nº 4, pp.47-74, 2002.

----- . Educação superior e conhecimento para a competitividade: convergências entre as propostas da CNI e do governo Lula para a reforma universitária. In: 28ª REUNIÃO

ANUAL DA ANPEd. 40 anos de pós-graduação em educação no Brasil. Rio de Janeiro: ANPEd, 2005a.

------. A nova educação superior brasileira no padrão de acumulação flexível.

QUARTIERO, Elisa Maria; BIANCHETTI, Lucídio. Educação corporativa: mundo do trabalho e do conhecimento: aproximações. Santa Cruz do Sul: EDUNISC; São Paulo: Cortez, 2005b.

SAVIANI, Dermeval. A nova lei da educação: trajetória, limites e perspectivas. Campinas: Autores Associados, 1997.

SIMONSEN, Roberto C. Evolução industrial do Brasil e outros ensaios. São Paulo: Nacional/EdUSP, 1973.

TAVARES, Maria da Conceição. Da substituição de importações ao capitalismo financeiro: ensaios sobre economia brasileira. (6ª ed.). Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

------. Acumulação de capital e industrialização no Brasil. (2ª ed.). Campinas: EdUnicamp, 1986.

VARGAS, Nilton. Gênese e difusão do taylorismo no Brasil. Ciências Sociais Hoje. São Paulo: ANPOCS, 1985.